

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO  
DA EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL.**

**Ref. Concorrência n. 02/2013**

**INFORME COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/S LTDA.,** inscrita no CNPJ sob o n. 26.428.219/0001-80, sediada no Setor Comercial Norte, Ed. Brasília Shopping, Torre Norte, Sala 417, Asa Norte, Brasília - DF vem, por representante legal, apresentar sua **IMPUGNAÇÃO** aos recursos interpostos por **CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., FSB COMUNICAÇÃO e SANTAFÉ IDÉIAS,** mediante as razões de fato e de direito a seguir elencadas.

**I - FATOS.**

Cuida-se de licitação, na modalidade Concorrência do tipo “técnica e preço”, promovida pela EMPRESA DE PLANEJAMENTO E LOGÍSTICA S/A - EPL, destinada à “*contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de apoio à Assessoria de Comunicação da EPL, os quais consistem em monitoramento de mídia, análise de editorial e planejamento, assessoria de imprensa, relações públicas, interação social, gerenciamento de crise e publicações*”.

A sessão pública de abertura da referida licitação foi realizada às 9:30h do dia 23 de dezembro de 2013, no SCS – Edifício Parque Cidade Corporate, Torre “C”, 7º andar, em Brasília-DF.

[www.grupoinforme.com.br](http://www.grupoinforme.com.br)

**BRASÍLIA**  
SCN Quadra 5 Bloco A Salas 424 e 425  
Ed. Brasília Shopping – Torre Norte  
Cep: 70715-900 – Brasília-DF  
Fone: (61) 2107-9300 – Fax: (61) 2107-9365

**RIO DE JANEIRO**  
Rua Barão da Torre, 645  
Nº 503 – Ipanema  
CEP: 22411-003 – Rio de Janeiro-RJ  
Fone: (21) 2143-9268

**SÃO PAULO**  
Rua Deputado Lacerda Franco  
Nº 503 – Pinheiros  
CEP: 05418-001 – São Paulo-SP  
Fone: (11) 3063-0151





Encerrada a fase de habilitação, teve início a fase de análise e julgamento das propostas técnicas. Assim, como o **GRUPO INFORME**, as empresas CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA., FSB COMUNICAÇÃO e SANTAFÉ IDÉIAS interpuseram recurso, em parte para tentar obter a redução da nota técnica conferida a esta licitante.

Os recursos, contudo, não merecem prosperar, conforme será a seguir demonstrado.

## II - Do recurso ofertado pela CDN COMUNICAÇÃO.

No que diz respeito ao Quesito 1 (Plano de Comunicação), Subquesito 1 (Diagnóstico da Situação), **item 1** (Compreensão do papel institucional da EPL), aduz a CDN Comunicação que o **GRUPO INFORME** não abordou *“o importante papel da EPL nos empreendimentos, quando, além de subsidiá-los, pode atuar efetivamente como sócia e investidora”*.

Alegou, ainda, que o **GRUPO INFORME** deixou de mencionar que *“em sua atuação, a EPL pode assumir a responsabilidade de obter licenças ambientais necessárias aos empreendimentos na área de infraestrutura, bem como desenvolver estudos de impacto social e processos de desapropriação”*.

Não prosperam os argumentos expostos pela Recorrente.



O **GRUPO INFORME** tratou de forma clara e inequívoca o papel da EPL (que pode atuar como sócia e investidora) nos empreendimentos, conforme se verifica do seguinte trecho extraído da sua proposta:

*“A EPL será sócia, com 45% das ações, na concessão do Trem de Alta Velocidade. Essa participação visa garantir a absorção e a difusão de novas tecnologias para futuros empreendimentos, depois do trem que ligará Rio de Janeiro, São Paulo e Campinas. O leilão para a escolha do operador foi adiado por um ano pela presidente Dilma Rousseff, e a nova data segue indefinida.*

*Entre as competências da EPL, fixadas em lei, destacamos duas com grande impacto na atração de investidores – um dos objetivos prioritários com os quais o Plano de Comunicação aqui apresentado pretende contribuir, por meio da oferta abundante de informação qualificada ao público-alvo. A EPL elabora e contrata estudos de viabilidade técnico-econômica e de engenharia para a expansão da infraestrutura de transportes. A falta de projetos robustos vem sendo entendida como um dos obstáculos aos investimentos, por representar fator de insegurança.”*

Da mesma forma, o **GRUPO INFORME** mencionou, sim, que a EPL pode assumir a responsabilidade de obter licenças ambientais necessárias aos empreendimentos - o que parece ter passado despercebido para a CDN Comunicação.

Para melhor elucidar a questão, oportuno transcrever trecho extraído da proposta da IMPUGNANTE (página 5):

*“Também cabe à EPL, de acordo com a lei, obter licença ambiental para os empreendimentos na área de infraestrutura de transportes, combatendo outro fator de insegurança para os investidores.”*

Consta, ainda, da página 06 da proposta, o seguinte trecho:

*“Há, por conta dessa última competência, um relacionamento intenso da empresa com o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), responsável pela concessão de licenças ambientais, junto ao qual a EPL atua como empreendedora em projetos de rodovias e ferrovias. Relacionamento importante também é estabelecido pela empresa com o Tribunal de Contas da União (TCU), cuja troca de informações proporciona maior agilidade da aprovação dos projetos pelo TCU.”*

Quanto ao **item 2** (Compreensão do potencial e oportunidades para a EPL na mídia), também não merece guarida o argumento da CDN Comunicação de que a proposta ofertada pelo **GRUPO INFORME**, quanto a este quesito, foi “insuficiente”, por não ter abordado o desgaste que a imagem da EPL sofreu diante de publicações jornalísticas de 2013 que indicavam um desentendimento entre a então diretoria e o Tesouro Nacional.

Alega ainda que o **GRUPO INFORME** não reconheceu que experiências positivas da EPL são boas oportunidades midiáticas.

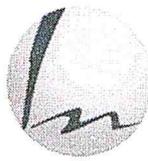
Importante dizer aqui – e para isso chama-se a atenção da Comissão de Licitação – que a preponderância de um ponto de vista político em relação ao técnico e a falta de respaldo político à EPL no governo foram amplamente avaliados ao longo do diagnóstico elaborado pelo **GRUPO INFORME**, e o problema não se resume a um desentendimento entre o presidente da EPL e o secretário do Tesouro, como sugere a concorrente.

O tema foi tratado nas páginas 22 e 23, conforme se verifica dos seguintes trechos:

***“A EPL subordinada ao timing político e sob pressão***

*Esse modelo, definido em lei, vem enfrentando alguns problemas de ordem política. Um sinal desses problemas apareceu nas páginas do Valor Econômico em 29 de novembro. Entrevistada pelo jornal, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, anunciou que o governo cederia a apelos da iniciativa privada e repassaria, às empresas interessadas nas futuras concessões de ferrovias, a responsabilidade por fazer estudos de viabilidade e anteprojetos de engenharia, por meio de chamada pública. Seria uma forma de destravar as concessões de ferrovias em 2014. Segundo empresários, os investimentos nas novas linhas estariam subestimados, o que aumentaria os riscos das concessões. Até o momento da elaboração deste diagnóstico, nenhuma ferrovia do Programa de Investimentos em Logística havia sido licitada. “Estamos pensando em fazer um procedimento de manifestação de interesse para o mercado elaborar seus próprios projetos. Vários podem se apresentar e depois a ANTT (Agência Nacional de*



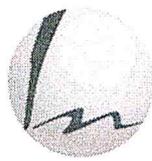


*Transportes Terrestres) escolhe o melhor para licitar”, disse Gleisi Hoffmann ao Valor. A reportagem não mencionava uma única vez a existência da EPL, encarregada atualmente dos estudos. Não explicava que a reivindicação dos empresários esvaziaria parte da atuação da estatal criada havia menos de um ano.*

*Em 3 de dezembro, ao se afastar do comando da EPL depois de 16 meses no cargo, o até então presidente Bernardo Figueiredo sugeriu que o calendário eleitoral vinha se impondo à visão técnica nas concessões. “Queremos que, a partir de 2015, não tenhamos mais esse problema”, afirmou, segundo relato feito pela Agência Estado. Na ocasião, Figueiredo comentou o atraso nas concessões anunciadas em agosto de 2012, por meio do Programa de Investimentos em Logística. “Quando se lança um programa, cria-se uma expectativa de contratação desse programa. Mas há um longo caminho a percorrer, que deve ser preparado, e uma variável que não tem controle, que é o debate com estados, municípios, entidades e investidores”, disse, em mais um aspecto que a estratégia de comunicação aqui proposta considera – o da necessidade de interlocução da EPL com diferentes atores da sociedade. Nossa estratégia também levará em conta que o discurso político na área de transportes vem pesando mais do que a avaliação técnica, nem por isso menos importante.*

*A proposta de dar maior visibilidade à ação da empresa pública pressupõe procurar dar mais destaque às elaborações técnicas de que a EPL se encarrega e melhorar sua interlocução com os diferentes atores com que ela*





*se relaciona. Bernardo Figueiredo foi substituído no cargo pelo ex-ministro dos Transportes Paulo Sérgio Passos, de perfil igualmente técnico.*

*No governo, há vários porta-vozes na área de transportes, como os ministros da área (Transportes, Aviação Civil e Portos), a chefe da Casa Civil e o ministro da Fazenda, entre outros. Em ano eleitoral, é natural que os porta-vozes "políticos" tomem cada vez mais espaço: Isso tem resultado numa certa "invisibilidade" da EPL no debate político e no processo das concessões. Nossa proposta é que a empresa projete uma visão técnica sobre o processo e reforce a interlocução com os investidores, num momento em que a economia brasileira atravessa uma crise de confiança, que afeta o cenário de atuação da empresa.*

*Por um lado, há reclamações do setor produtivo contra os gargalos logísticos que encarecem os produtos brasileiros, e uma certa impaciência em relação à demora na apresentação dos resultados do processo de concessões. Ao mesmo tempo, há o reconhecimento do papel do planejamento, de que se encarrega a Empresa de Planejamento e Logística. Por outro lado, há indicações de falta de confiança no governo por parte de investidores, reforçada pela ameaça de rebaixamento da nota de classificação de risco do Brasil, e críticas a uma suposta taxa de retorno baixa dos empreendimentos, que constituem desafios relevantes do Plano de Comunicação aqui proposto, que acompanhará o esforço de construção de uma imagem positiva para a EPL."*



Frisa-se que em outros trechos da proposta, o **GRUPO INFORME** cuida, sim, de dirimir conflitos internos no governo, fazendo ressaltar o papel da EPL como porta-voz técnico na área de planejamento de infraestrutura.

Ainda com relação a este item, a proposta apresentanda pelo **GRUPO INFORME** refere-se, de forma específica, aos resultados de diversos leilões, o que torna totalmente sem efeito a afirmação da CDN de que o **GRUPO INFORME** não reconheceu as experiências positivas da EPL. Ora, não só reconheceu, como deixou isso registrado em várias passagens da sua proposta.

No que diz respeito ao **item 3** (Capacidade de Avaliação de Experiências Similares), aduz a CDN Comunicação que o **GRUPO INFORME** utilizou 3 experiências de crise que não se assemelham com o presente caso.

Ccumpre ressaltar que as experiências apresentadas pelo **GRUPO INFORME** têm, sim, semelhança com o presente caso. Isto porque se detalhou, nos três exemplos citados, como a experiência poderia ser utilizada para a EPL.

Na experiência da Belo Monte (pág. 11 de nossa proposta), registrou-se:

*“No caso da EPL, objeto da proposta do Plano de Comunicação detalhado adiante, a experiência de reversão de imagem negativa da construção de Belo Monte inspira a possibilidade de mobilização das populações das áreas dos empreendimentos dos futuros trens de alta velocidade, por exemplo, ou outro empreendimento na área de transportes que exija um trabalho de convencimento das comunidades locais”.*



Na experiência da Cosipar (pág. 12), foi relatado:

*“O caso reúne ações importantes no sentido de qualificar informações por meio de assessoria de imprensa e também de gestão de crise, que recuperaram a imagem da empresa. A oferta de informações de qualidade e um trabalho de relacionamento com a imprensa serão propostos no Plano de Comunicação para a EPL.”*

Por fim, no caso da ANS (pág. 13), a proposta é clara:

*“A EPL não detém nenhum passivo de imagem, mas o caminho para torná-la mais conhecida é o mesmo que reverteu a crise na ANS: oferta de informações positivas e estreitamento no relacionamento com os veículos de comunicação”.*

Ora, este item, conforme está previsto no edital, pretende auferir a Capacidade de Avaliação de Experiências Similares, ou seja, a capacidade de a licitante usar estratégias e ferramentas de comunicação bem sucedidas no desafio de comunicação do certame. Equivoca-se a CDN Comunicação ao julgar que o melhor seria se valer de dois exemplos de órgãos reguladores – ANP (agência reguladora) e Inmetro (órgão regulamentador e fiscalizador), como se fosse possível avaliar experiência pela temática e não pela estratégia e ferramentas de comunicação.

Por fim, quanto ao **Item 4** (Compreensão da relação da EPL com seus diversos públicos-alvos), alega a CDN que o **GRUPO INFORME** não previu, entre os públicos-alvo, o Poder Judiciário.

É importante destacar que órgãos fiscalizadores (como Ministério Público, TCU e Controladoria Geral) foram, sim, contemplados na proposta - ao contrário do que afirma a licitante.

Na página 3 da proposta, o **GRUPO INFORME** afirma - e reproduz trecho, a fim de dirimir qualquer dúvida - que uma das atribuições da Empresa de Planejamento e Logística, um de seus papéis institucionais, é: *“Negociar previamente os projetos com o órgão federal de licenciamento ambiental (Ibama) e com o Tribunal de Contas da União (TCU)”*

Quanto a essa questão, oportuno lembrar que o edital (Encarte A do Briefing - pág. 58) é claro ao elencar os públicos a serem contemplados - e que, efetivamente, o foram em toda a proposta do **GRUPO INFORME**:

1) A sociedade brasileira, em seu conjunto, como usuária e beneficiária do sistema de transportes a ser desenvolvido, e tendo em vista as obrigações de transparência da EPL e o direito da população à informação sobre as atividades da empresa.

2) Os Governos federal, estaduais e municipais para oferta e implantação de projetos de logística e para monitoramento dos projetos de logística que estão sendo executados.

- 3) Empresários e trabalhadores que atuam no setor de transportes, nos modais rodoviário, ferroviário, aquaviário e aeroviário.
- 4) Instituições científicas e tecnológicas e de ensino e pesquisa relacionadas ao setor de transportes.
- 5) Investidores nacionais e estrangeiros.

Está evidente que a proposta do **GRUPO INFORME** contempla os órgãos de fiscalização, que estão dentro do público “sociedade brasileira”, levando em conta que estes órgãos, até por sua natureza fiscalizatória, têm, com regularidade, acesso a todas as informações da EPL, inclusive as que não são, necessariamente, divulgadas pela Assessoria de Comunicação.

### **III – Do recurso ofertado pela FSB COMUNICAÇÃO.**

Quanto ao Quesito 1 (Plano de Comunicação), Subquesito 1 (Diagnóstico da Situação), aduz a FSB Comunicação que o **GRUPO INFORME** negligenciou público de importância singular para a EPL, que são os órgãos de controle.

Ao contrário do que alega a FSB Comunicação, no que diz respeito aos públicos-alvo, o Poder Judiciário foi, sim, contemplado na proposta do **GRUPO INFORME**.

Ao que parece, a FSB assim como a CDN, fez uma leitura desatenta tanto da proposta apresentada pela **IMPUGNANTE**, quanto do próprio edital.

O Judiciário – assim como dito acima – é parte da sociedade brasileira. E, nesta condição, está entre os públicos-alvo da proposta.

Com relação à Estratégia de Comunicação (Subquesto 2), item a (Entendimento do problema apresentado no briefing e da característica da EPL), a FSB afirma que o **GRUPO INFORME** não apresentou diferencial da EPL com outros órgãos do Governo.

Mais uma vez parece que faltou, por parte da licitante, uma leitura mais atenta e cuidadosa da proposta apresentada pelo **GRUPO INFORME**. Do contrário, a concorrente teria percebido que a IMPUGNANTE apresentou claramente o diferencial da EPL com relação a outros órgãos de governo.

Constou do diagnóstico (pág. 4):

*“A EPL não formula a política de transportes, papel que cabe ao Ministério dos Transportes e às secretarias de Aviação Civil e de Portos. A empresa não realiza os leilões de concessão, tarefa dos órgãos concedentes (a Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários, ANTAQ, e a Agência Nacional de Aviação Civil, ANAC). Tampouco executa as políticas, com exceção do setor ferroviário de alta velocidade. O objetivo da EPL é estruturar e qualificar, por meio de estudos e pesquisas, o processo de planejamento integrado de logística no Brasil, interligando rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e aeroportos. Nesse contexto, a EPL convive com os órgãos formuladores de políticas de*

*transportes nos diferentes modais, os órgãos executores dessas políticas e as agências reguladoras.”*

O assunto também foi tratado mais adiante (pág. 15):

*“Como visto na primeira parte do diagnóstico, a atuação da EPL se dá em forte articulação com outros órgãos na área de transportes no governo federal, como o Ministério dos Transportes e as secretarias de Aviação Civil e Portos e as agências reguladoras ANTT, ANTAQ e a ANAC, além da Casa Civil.”*

Esse tema retorna no texto sobre Estratégia (página 22), com o subtítulo “A EPL subordinada ao timing político e sob pressão”, mas sem o detalhamento anterior:

*“No governo, há vários porta-vozes na área de transportes, como os ministros da área (Transportes, Aviação Civil e Portos), a chefe da Casa Civil e o ministro da Fazenda, entre outros. Em ano eleitoral, é natural que os porta-vozes “políticos” tomem cada vez mais espaço. Isso tem resultado numa certa “invisibilidade” da EPL no debate político e no processo das concessões.”*

Ainda com relação a este item (a), aduz a FSB que o **GRUPO INFORME** confundiu palavras de ordem com mensagens-chave.

No entanto, a concorrente parece desconhecer que mensagem-chave requer frases curtas e de impacto, com palavras que explicitem as mensagens de

comunicação a serem transmitidas. Uma leitura – ainda que rasa – da proposta ofertada pelo **GRUPO INFORME** deixa claros os conceitos trabalhados (pag. 27):

### **Mensagens-chave**

- *Direção Brasil – A mensagem expressa conceitos que fundamentam a ação da EPL: o planejamento da expansão do sistema de transportes nos diferentes modais. É o avesso das escolhas improvisadas. Traduz também as ideias de eficiência da logística, solução de gargalos, redução do custo de produção.*
- *Destinos mais próximos – Expressa a ideia de aproximar distâncias, que orienta a ação de planejamento de transportes. Encurtar distâncias é o que se espera de uma logística eficiente do setor de transportes.*
- *Planejar para reduzir custos – A mensagem apresenta um dos principais objetivos da atuação da EPL. Atualmente, os gargalos de infraestrutura de transportes aumentam o custo de produção e reduzem a competitividade da economia brasileira.*
- *Segurança para investir, segurança para produzir – Projetos, estudos e pesquisas de que a EPL se encarrega têm por objetivo dar segurança aos empreendimentos de infraestrutura de transportes. Por sua vez, quanto mais eficaz for a logística de transportes do País, mais segurança haverá para produzir a custos menores. A mensagem abriga os dois objetivos.*

No que diz respeito ao **Quesito 3 (Relatos de Trabalho)**, sustenta a FBS que o **GRUPO INFORME**, muito embora tenha descrito de forma detalhada as ações desenvolvidas para superar o desafio no caso Termonorte, não apresentou com a mesma consistência a descrição dos seus resultados.

Neste ponto, oportuno reproduzir aqui trecho do edital que versa sobre o item em questão:

*3.2.3 Quesito 3 - RELATOS DE TRABALHO: ATÉ 10 (DEZ) PÁGINAS CADA UM DOS RELATOS: Serão avaliados dois relatos de campanhas de relações públicas e/ou assessoria de imprensa realizados para clientes, pessoa física ou jurídica, devidamente referendados com a assinatura do cliente em questão ou responsável à época da realização da ação.*

*a - Será avaliada a validade do referendo dado pelo cliente ou responsável à época. A CPL poderá realizar diligência para checagem dos documentos apresentados.*

*b - Será avaliada a lógica da exposição do trabalho apresentado.*

*c - Será avaliada a consistência entre a causa e o efeito das ações apresentadas.*

*d - Será avaliada a relevância dos resultados apresentados.*

Com relação ao caso da Termonorte, apresentado pelo **GRUPO INFORME**, a FSB sugere que a falta de dados qualitativos e quantitativos (não exigidos pelo edital, diga-se de passagem) estaria relacionada à inconsistência na apresentação de resultados. Ora, quantidade de material publicado e métricas nem sempre traduzem com fidelidade absoluta a mudança provocada por uma bem sucedida ação de comunicação.

O que a Comissão julgou, neste item, foi a relevância dos resultados apresentados. E eles foram, no caso da Termonorte, extremamente significativos. Tanto que a licitante recebeu nota máxima sobre este relato.

Não resta dúvida, portanto, sobre a eficiência das ações adotadas pelo **GRUPO INFORME** para melhorar a imagem de seu cliente. Logo, é inconteste que esta licitante cumpriu plenamente as exigências do edital.

#### **IV - Do recurso ofertado pela SANTAFÉ IDÉIAS.**

No caso do recurso apresentado pela licitante Santafé, a deficiência da sua fundamentação é flagrante e impossibilita, inclusive, a defesa por parte do **GRUPO INFORME**.

Para melhor elucidar esta questão, no item III do recurso interposto pela Santa Fé (Do julgamento da licitante FSB Comunicação e Planejamento Estratégico Ltda / Quesito 2. Estratégia de Comunicação), a licitante inicia sua argumentação tecendo questionamentos acerca da proposta da FSB Comunicação, mas, um pouco adiante, sem nenhum traço inteligível de raciocínio, passa a se referir ao **GRUPO INFORME**. Afinal, qual das duas empresas está sendo ali questionada?

Há uma total falta de encadeamento dos argumentos, o que tornou impossível saber se a licitante está se referindo à proposta do **GRUPO INFORME** ou à da FSB.

Em linhas gerais, a falta de lógica e de clareza nos argumentos apresentados pela Santa Fé, ao longo de todo o documento, é tamanha que impede, até mesmo, a elaboração de defesa por parte do **GRUPO INFORME**.

Diante do exposto, é imperioso o não conhecimento do recurso.

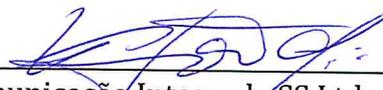
**V – PEDIDO.**

Por todo o exposto, a **INFORME COMUNICAÇÃO INTEGRADA S/S LTDA.** requer:

- 1) o desprovemento dos recursos interpostos pela CDN COMUNICAÇÃO CORPORATIVA LTDA. e pela FSB COMUNICAÇÃO;
- 2) o não conhecimento do recurso interposto pela SANTAFÉ IDÉIAS, em razão da deficiência de sua fundamentação, o que impossibilitou a defesa por parte desta licitante, ou caso assim não se entenda, o que se admite apenas por argumentar, que seja o mesmo desprovido.

Pede deferimento.

Brasília-DF, 15 de abril de 2014.

  
Informe Comunicação Integrada S/S Ltda.  
Vitor Pacheco da Costa Fortes

Informe Comunicação Integrada  
Vitor Pacheco da Costa Fortes  
Diretor Administrativo Financeiro

[www.grupoinforme.com.br](http://www.grupoinforme.com.br)